

EMPRESAS

JPAB lança área de prática de Geodireito em Portugal

Objetivo é responder a desafios que envolvem a geoinformação e a relação com o território.

RICARDO SANTOS FERREIRA

rsferreira@jornaleconomico.pt

A JPAB – José Pedro Aguiar Branco Advogados lançou uma nova área de prática, de Geodireito, que será liderada por Luiz Ugeda, numa aposta justificada no âmbito da valorização do território, na aplicação dos fundos europeus de que Portugal vai beneficiar e “pelos desafios colocados ao nível da transição climática”, explica ao Jornal Económico (JE), Paulo Cutileiro Correia, co-managing partner da sociedade de advogados.

“O Geodireito contempla uma forma de tratar a geoinformação além de uma tecnologia, ou seja, enquanto uma espécie do direito de sermos (geo)informados”, refere Luiz Ugeda ao JE. “Deriva de fundamentos existentes desde a [conferência sobre o ambiente] Rio 92 e a Agenda 2030. Na Organização das Nações Unidas, convencionou-se denominar Spatial Law, que por meio do Comité Geoespacial lança diretrizes sobre políticas públicas e uso de informações obtidas por satélites, aerolevantamento ou mesmo o uso de drones. Na União Europeia, é regulamentada pela Diretiva INSPIRE (2007/2/EC), que estabeleceu a

criação da Infraestrutura Europeia de Informação Geográfica para dar subsídios ao ordenamento do território em todas as suas dimensões, seja do ambiente, urbana, rústica, subsolo, plataforma marítima, entre outros”, acrescenta.

A JPAB considera que as áreas jurídicas mais diretamente relacionadas com o território, como o Direito do Ambiente, Direito do Urbanismo e Ordenamento do Território, Direitos Reais e Direito Registral Predial, têm colocado desafios que envolvem a geoinformação, enquanto área do Direito, desafios a que a equipa multidisciplinar agora criada quer responder, através do uso de soluções e ferramentas geoespaciais que conferem maior segurança jurídica aos dados de localização e de delimitação, relacionados, em primeira linha, com a georreferenciação, o cadastro predial e o registo predial.

“Esta aposta no Geodireito confirma o ADN da sociedade de se alinhar com o que há de mais inovador no Direito, trazendo tecnologias de ponta para fortalecer o processo decisório e oferecer segurança jurídica aos seus clientes”, diz Paulo Cutileiro Correia.

Luiz Ugeda afirma ao JE que Portugal tem grandes possibilidades para o Geodireito, “voltadas para a coesão, a resiliência e o ordenamento territorial”.

“Há uma legislação avançada que permite aliar os sistemas nacionais de informação geográfica, cadastral e territorial que encontram na Direção-Geral do Território a instância que regula os mapas oficiais, atribuindo segurança jurídica às intervenções territoriais”, diz Ugeda, apontando como potenciais clientes todos aqueles que tenham “atividades intensivas em território, nas quais a precisão e a mensuração sejam um elemento central de desenvolvimento de negócios, e a geoinformação um elemento imprescindível de localização de atividades”. Enquadram-se aqui instituições financeiras, seguradoras, sector elétrico e mineiro, entre outros.

Luiz Ugeda é doutorado em Geografia, pela Universidade de Brasília, e doutorando em Direito na Universidade de Coimbra. É consultor da JPAB, presidente da Comissão de Geodireito da Ordem dos Advogados do Brasil e investigador da Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas da Universidade de Aveiro. ●